



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026

CONTRATANTE: GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE BURITAMA-S.P.¹, DE ACORDO COM OS TERMOS, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTA EDITAL DE SEUS ANEXOS, ESPECIALMENTE DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O “ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)”.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 6.964.892,16 (SEIS MILHÕES, NOVECIENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS), CONFORME ITEM 9 - SUBITEM 9.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA E ITEM 7. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, AMBOS ANEXADOS NO ANEXO I DESTA EDITAL.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

18 DE MARÇO DE 2026, ÀS 08H00MIN. (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE - LOTE ÚNICO² (com subsequente apuração de preços / valores unitários dos itens que compõe o lote)

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO³

PREFERÊNCIA ME / EPP / EQUIPARADAS:

SIM

¹ Conformidade: Subitem 1.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital

² Conformidade: Subitem 1.1. e 8.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

³ Conformidade: Subitem 8.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO.....	4
2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DOS RECURSOS.....	18
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22
ANEXOS:	
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).....	24
ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO.....	63
ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS).....	75



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

EDITAL DE LICITAÇÃO⁴ Nº. 10/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026-DMCLGC/GMB
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026

PREÂMBULO

I. O GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA, por meio do seu **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS**, localizado na Rua Maria Florinda, nº. 1463, Bairro Centro, em Buritama, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO A ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** a ser efetivado mediante **PREGÃO⁵** na forma **ELETRÔNICA⁶**, com a utilização do critério de classificação e julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE - LOTE ÚNICO⁶** (com subsequente apuração de preços / valores unitários dos itens que compõe o lote) e do modo de disputa **ABERTO E FECHADO⁷**; objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE BURITAMA-S.P.⁷**, DE ACORDO COM OS TERMOS, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES EDITAL E DE SEUS ANEXOS, ESPECIALMENTE DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O “ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)”. O procedimento retro citado será processado e executado de acordo com as disposições constantes deste **EDITAL** e de seus **ANEXOS** e em conformidade com a **LEI FEDERAL Nº. 14.133**, DE 01-04-2021; com a **LEI FEDERAL Nº. 123**, DE 14-12-2006 e suas alterações e com o **DECRETO MUNICIPAL Nº. 4.937⁸**, DE 05-02-2024. Em cumprimento ao disposto no Artigo 4º da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021, bem como, nos Artigos 18-E e seus Parágrafos e 47 da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14-12-2006 e suas alterações, as Pessoas Jurídicas que comprovarem enquadramento como Microempreendedor Individual - MEI ou Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, no que for pertinente e compatível com este Edital e seus Anexos, terão tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, conforme disposições constantes da referida Lei Complementar Federal. Observando os princípios constitucionais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o que preconiza o Artigo 187⁹ da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021 e o retro citado Decreto Municipal nº. 4.937 de 05-02-2024, no processamento e na execução da licitação de que trata este Edital e seus Anexos, poderão ser aplicados subsidiariamente, no que for necessário, pertinente e compatível, os **REGULAMENTOS** editados e atualizados pela **UNIÃO** para a execução da referida Lei Federal, em especial a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 03¹⁰** de 26-04-2018 (Atualizada), bem como, demais legislações / normatizações aplicáveis, **sobretudo no que for omissivo o referido Instrumento Editalício e seus Anexos**.

II. UNIDADE / DEPARTAMENTO REQUISITANTE INTERESSADA(O): DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA¹¹.

III. LOCAL, DATA E HORÁRIO PREVISTO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA, DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS PERTINENTES AO CERTAME LICITATÓRIO: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES DO SITE www.gov.br/compras, ATÉ: 18 DE MARÇO DE 2026, ÀS 07H59MIN.

IV. DATA E HORÁRIO PREVISTO PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA: 18 DE MARÇO DE 2026, ÀS 08H00MIN.

V. Este EDITAL e seus respectivos ANEXOS encontram-se a disposição dos interessados na sede do Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos do Governo do Município de Buritama, localizado na Rua Maria Florinda, nº. 1463, bairro Centro, em Buritama-S.P., no horário das 08h00min. às 12h00min. e das 14h00min. às 17h00min., em dias úteis e de expediente no referido Departamento, e poderão

⁴ Conforme modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União - Atualização: Maio/2023 - Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº. 14.133, de 2021 - Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação - Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação) / Conformidade: Inciso IV do Artigo 19 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021 / Observação: adaptado para atender o Governo do Município de Buritama.

⁵ Conformidade: Subitem 8.1 do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

⁶ Conformidade: Subitem 1.1. e 8.1 do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

⁷ Conformidade: Subitem 1.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

⁸ Dispõe quanto à aplicação dos regulamentos da União para a execução da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021, no âmbito da Administração Pública do Município de Buritama/SP.

⁹ Art. 187. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei.

¹⁰ Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SicaF, no âmbito do Poder Executivo Federal.

¹¹ Conformidade: Item 2 do Estudo Técnico Preliminar anexado no Anexo I deste Edital.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

ser obtidos **GRATUITAMENTE** nos seguintes endereços eletrônicos: <https://buritama.sp.gov.br/> - (Licitação-Editais-Tipo: Pregão Eletrônico nº. 10/2026); [Buritama \(vtec.net.br\)](https://vtec.net.br) - (Tipo: Pregão Eletrônico nº. 10/2026); <https://pncp.gov.br/app/editais?q=buritama&status=todos&pagina=1> (Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico). Maiores informações poderão ser obtidas pessoalmente no Departamento retro citado ou por telefone no seguinte número: **(18) 3190-1287**. Para todas as referências de hora / tempo inerentes à licitação de que trata este Edital e seus Anexos, observar-se-á o horário oficial de Brasília - D.F.

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE BURITAMA-S.P.¹², DE ACORDO COM OS TERMOS, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTA EDITAL E DE SEUS ANEXOS, ESPECIALMENTE DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O “ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)”.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. Dotação Orçamentária

2.1.1. A contratação de que trata este Edital e seus Anexos, ocorrerá através das dotações orçamentárias abaixo descritas, conforme DECLARAÇÃO - RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - datada de 23-02-2026, expedida pelo Departamento Municipal de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Governo do Município de Buritama, devidamente anexada nos autos do Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB (folha 28):

PARA O EXERCÍCIO DE 2026:

02. Poder Executivo

02.16. Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.39.24. Dotação Orçamentária (Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica)

18.541.0045-2.057 Classificação Funcional 01 - Tesouro (Fonte de Pagamento)

Valor: R\$ 5.804.077,25 (cinco milhões, oitocentos e quatro mil, setenta e sete reais e vinte e cinco centavos)

PARA O EXERCÍCIO DE 2027:

02. Poder Executivo

02.16. Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.39.24. Dotação Orçamentária (Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica)

18.541.0045-2.057 Classificação Funcional 01 - Tesouro (Fonte de Pagamento)

Valor: R\$ 1.160.815,45 (um milhão, cento e sessenta mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos)

2.2. Estimativa do Valor da Contratação¹³

2.2.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 6.964.892,16 (seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos) conforme Item 9. - Subitem 9.1. do Termo de Referência e Item 7. do Estudo Técnico Preliminar, respectivamente anexados no Anexo I deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do Pregão de que trata este Edital e seus Anexos, os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

¹² Conformidade: Subitem 1.1. do Termo de Referência, anexado no Anexo I deste Edital.

¹³ Conformidade: Item 9. - Subitem 9.1. do Termo de Referência e Item 7. do Estudo Técnico Preliminar, respectivamente anexados no Anexo I deste Edital.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Na licitação de que trata este Edital e seus Anexos, a participação é para ampla concorrência, todavia, nos termos da **Lei Complementar Federal nº. 123, de 14-12-2006 e suas alterações**, verificar-se-ão os benefícios concedidos para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e outros Equiparados na forma da Lei.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e outros equiparados na forma da lei que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida pela legislação / normatização pertinente vigente na forma da Lei, em conformidade com o respectivo enquadramento.

3.6. Conceder-se-á tratamento diferenciado e favorecido / simplificado no que for pertinente e compatível com este Edital e seus Anexos para as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, Microempreendedor Individual - MEI e outros equiparados na forma da Lei, observando-se os limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123, de 14-12-2006 e suas alterações**.

3.7. Não poderá disputar a licitação de que trata este Edital e seus Anexos:

3.7.1. quem não atender este Instrumento Editalício e seus Anexos;

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº. 6.404, de 15-12-1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹⁴;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do Artigo 9º da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na licitação de que trata este Edital e seus Anexos, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

¹⁴ Conforme justificativa constante de Certidão anexada nos autos do Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB - (Folhas 000049 e 000050).

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [Incisos III e IV do Artigo. 1º e no Inciso III do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [Artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1º de Abril 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido estabelecido em seus [Artigos 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do Artigo 4º, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº. 123, de 14 de Dezembro de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei Federal nº. 14.133, 1º de Abril de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS
Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.
Telefone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá enviar sua Proposta, preenchendo no sistema eletrônico os campos necessários / exigidos, especialmente àqueles referentes à:

5.1.1. valores unitários e totais do item / lote;

5.1.2. descrição do objeto da licitação e dos itens que compõe o referido objeto, observando-se a devida conformidade com este Edital e seus Anexos, especialmente com o “Anexo I - Termo de Referência / Estudo Técnico Preliminar”, salvo se a referida descrição estiver automaticamente preenchidas pelo sistema;

5.1.3. quantidade cotada em conformidade com as disposições constantes deste Edital e seus Anexos, especialmente do “Anexo I - Termo de Referência”.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na Proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, obrigando-se nos limites dela.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

5.9. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da licitação de que trata este Edital e seus Anexos, dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no referido Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado conforme solicitado pelo sistema eletrônico (valor unitário / valor total / valor global).

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de no mínimo R\$ 0,10 ou outro valor estabelecido pelo(a) Pregoeiro(o)/Agente de Contratação, previamente comunicado às Licitantes¹⁵.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **ABERTO/FECHADO**¹⁶.

~~**6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.¹⁷~~

~~**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.¹⁷~~

~~**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.¹⁷~~

¹⁵ Conformidade: Subitem 8.1.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

¹⁶ Modo de disputa “Aberto/Fechado” - Conformidade: subitem 8.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

¹⁷ De acordo com o modo de disputa adotado (aberto/fechado) para a licitação de que trata este Edital e seus Anexos, conforme subitem 8.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital, os subitens 6.11, 6.11.1, 6.11.2, 6.11.3, 6.11.4, 6.11.5, não se aplicam nos procedimentos inerentes à licitação retro citada.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

~~6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.~~¹⁷

~~6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.~~¹⁷

~~6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.~~¹⁷

6.12. Adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”¹⁸, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.¹⁸

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.¹⁸

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.¹⁸

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.¹⁸

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.¹⁸

~~6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “FECHADO E ABERTO”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço / maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores / inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.~~¹⁹

~~6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.~~¹⁹

~~6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.~~¹⁹

¹⁸ Modo de disputa “Aberto/Fechado” - Conformidade: subitem 8.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

¹⁹ De acordo com o modo de disputa adotado (aberto/fechado) para a licitação de que trata este Edital e seus Anexos, conforme subitem 8.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital, os subitens 6.13, 6.13.1., 6.13.2., 6.13.3., 6.13.4., 6.13.5., e 6.13.6. não se aplicam nos procedimentos inerentes à licitação retro citada.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.¹⁹

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.¹⁹

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.¹⁹

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.¹⁹

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [Artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [Artigo 60 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Federal nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários ao atendimento do exigido neste Edital e seus Anexos, especialmente no “Anexo I – Termo de Referência / Estudo Técnico Preliminar”.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da Proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [Artigo 14 da Lei Federal nº. 14.133 de 1º de Abril de 2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1>;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2>;

7.1.4. Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>.

7.1.5. Eventual alteração em quaisquer dos endereços eletrônicos respectivamente indicados nos subitens 7.1.2., 7.1.3. e 7.1.4. deste Edital, bem como, eventuais erros de acesso à página de consulta disponibilizadas através dos referidos endereços, não afastam e nem impedem a realização de consulta por outros meios legais disponíveis aos respectivos cadastros (CEIS, CNEP, RELAÇÃO DE APENADOS DO TCESP).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [Artigo 12 da Lei Federal nº. 8.429, 2 de Junho de 1992](#).





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa nº. 3, de 26-04-2018, Artigo 29, Caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa nº. 3, de 26-04-2018, Artigo 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa nº. 3, de 26-04-2018, Artigo 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às MEs / EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste Edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a Proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6. Será desclassificada a Proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus Anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da Proposta de Preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da Proposta.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da Proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da Proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [Artigos 62 a 70 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Em se tratando da participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº. 8.660, de 29-01-2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada na forma da lei.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei ([Artigo 63, I, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas ([Artigo 63, IV, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#)).

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas ([Artigo 63, § 1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#)).

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa nº. 3, de 26-04-2018, Artigo 4º, §1º, e Artigo 6º, §4º](#)).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa nº. 3, de 26-04-2018, Artigo 7º, Caput](#)).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa nº. 3, de 26-04-2018, Artigo 7º, Parágrafo Único](#)).

8.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021, Artigo 64](#), e [Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30-09-2022, Artigo 39, §4º](#)):

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS
Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.
Telefone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma Proposta que atenda a este Edital e seus Anexos, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja Proposta atenda ao Edital de Licitação e seus Anexos, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [Artigo 165 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do Artigo 17 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.

Telefone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

- 10.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [Artigo 5º da Lei Federal nº. 12.846, de 1º de Agosto de 2013.](#)
- 10.2.** Com fulcro na [Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1.** advertência;
- 10.2.2.** multa;
- 10.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [Artigo 156, §5º, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [Artigo 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30-09-2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital e seus Anexos por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. Eventual impugnação ou pedido de esclarecimento deverá ser formalizado em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021, observando-se qualquer uma das seguintes formas: pessoalmente no **Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de**





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Contratos do Governo do Município de Buritama, localizado na Rua Maria Florinda, nº. 1463, bairro Centro, em Buritama-S.P. no horário das 07h00min. às 12h00min. e das 14h00min. às 17h00min.; ou através do e-mail licitacao2@buritama.sp.gov.br, ou pela forma eletrônica em campo próprio do sistema, no endereço www.gov.br/compras.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O prazo e as demais condições para pagamento à Contratada encontram-se definidos no **TERMO DE REFERÊNCIA** anexado no Anexo I deste Edital.

12.2. Em obediência ao prazo de vigência e ao regime / forma de fornecimento estabelecido para execução do Contrato conforme documentos anexados no Anexo I deste Edital; os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

12.2.1. Eventual reajuste / repactuação / equilíbrio econômico financeiro sobre a contratação de que trata este Contrato, será aplicável, desde que em conformidade com lei, especialmente a Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021 e suas regulamentações, observando-se no que for pertinente, o índice para eventual atualização de valores / correção monetária previsto no Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

12.2.2. Caso o índice mencionado no subitem 12.2.1. deste Edital venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.2.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial por meio de Termo Aditivo.

12.2.4. Eventual reajuste, realizar-se-á por apostilamento.

12.3. No Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital, o item 8.27 e seus respectivos subitens (8.27.1., 8.27.2., 8.27.3., 8.27.4., 8.27.5.), referem-se à Vistoria Técnica. De acordo com o subitem 8.27.1., a Vistoria Técnica é facultativa, todavia, caso não seja realizada, a Licitante deverá atender ao disposto no subitem 8.27.2.

12.4. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

12.6. PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE HORA / TEMPO INERENTES À LICITAÇÃO DE QUE TRATA ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, OBSERVAR-SE-Á O HORÁRIO OFICIAL DE BRÁSILIA - D.F.

12.7. A homologação do resultado da licitação de que trata este Edital e seus Anexos, não implicará direito à contratação.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS

Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.

Telefone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

12.8. AS NORMAS DISCIPLINADORAS DA LICITAÇÃO DE QUE TRATA ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, SERÃO SEMPRE INTERPRETADAS EM FAVOR DA AMPLIAÇÃO DA DISPUTA ENTRE OS INTERESSADOS, DESDE QUE NÃO COMPROMETAM O INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, O PRINCÍPIO DA ISONOMIA, A FINALIDADE E A SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO.

12.9. A QUALQUER MOMENTO, A(O) PREGOEIRA(O) PODERÁ SOLICITAR ÀS LICITANTES POR MEIO DOS SEUS RESPECTIVOS REPRESENTANTES, INFORMAÇÕES E OU ESCLARECIMENTOS QUE JULGAR NECESSÁRIOS.

12.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do Processo Licitatório.

12.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Governo do Município de Buritama.

12.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.13. Este Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no **PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)** e nos seguintes endereços eletrônicos: <https://buritama.sp.gov.br/> - (Licitação - Editais - Tipo: Pregão Eletrônico nº. 10/2026); [Buritama \(vtec.net.br\)](https://buritama.vtec.net.br/) - (Tipo: Pregão Eletrônico nº. 10/2026); <https://pncp.gov.br/app/editais?q=buritama&status=todos&pagina=1> (Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico).

12.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.14.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

12.14.1.1. APÊNDICE DO “ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA”: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

12.14.2. ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO;

12.14.3. TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS).

BURITAMA-S.P., 02 DE MARÇO DE 2026.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
TIAGO LUIZ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PELA(O) UNIDADE / DEPARTAMENTO REQUISITANTE INTERESSADA(O)²⁰:

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
REINALDO FUZETE JUNIOR
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
CARLOS HENRIQUE MASSON CONTEL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE
ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

²⁰ Conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexado no Anexo I deste Edital.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS
Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.
Telefone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e manutenção de aterro sanitário e coleta e transporte de resíduos sólidos do município de Buritama/SP, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. Estimada para 12 meses	Valor unitário (tonelada)	Valor total (12 Meses)
1	14265	Operação e Manutenção do Aterro Sanitário	Tonelada	3720	991,66	R\$ 3.688.975,20
2	14265	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	Tonelada	3720	880,62	R\$ 3.275.916,96
VALOR TOTAL DO LOTE (12 MESES)					R\$ 6.964.892,16	

1.2 A prestação de serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. DIVERGÊNCIAS ENTRE O TERMO DE REFERÊNCIA E A PLATAFORMA UTILIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO, PREVALECE OS DIZERES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Com o crescimento populacional e urbano do município de Buritama, a gestão adequada dos resíduos sólidos se torna cada vez mais necessária. A coleta eficiente de resíduos e a operação do aterro sanitário municipal representam ações fundamentais para garantir a saúde pública, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento econômico local e o atendimento às exigências contidas na Licença de Operação nº 13004453 emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

2.2 A coleta regular de resíduos sólidos evita a proliferação de vetores de doenças, como insetos e roedores, que podem causar epidemias. A acumulação de lixo pode levar a problemas de saúde graves, prejudicando a qualidade de vida da população e sobrecarregando os serviços de saúde. Assim, a implementação de um sistema de coleta eficiente é essencial para proteger a saúde da comunidade.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti - CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBRIGADO





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução definida para atendimento da demanda consiste na realização de Pregão, na forma eletrônica, visando à contratação de empresa especializada para a execução do objeto. A adoção do procedimento eletrônico amplia a competitividade, assegura transparência e isonomia, além de proporcionar maior eficiência e economicidade à Administração Pública.

3.2 A contratação por meio de pregão permite o adequado controle da execução contratual e dos custos envolvidos, além de garantir a continuidade, a qualidade e a regularidade dos serviços. Dessa forma, a solução proposta mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis tangente a prestação de serviços orienta a verificação do objeto a ser licitado tocante ao comportamento da inserção de aspectos de sustentabilidade.

4.1.2. Um aterro sanitário bem projetado e operado é uma solução ambientalmente adequada para a disposição dos resíduos. Ele minimiza os impactos negativos ao meio ambiente, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de permitir a captura e o tratamento de gases gerados, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

4.1.3. A coleta e o gerenciamento de resíduos sólidos devem seguir as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), assim como normas estaduais, municipais e o que dispõe a Licença de Operação nº 13004453 (Cetesb) que estabelece as exigências técnicas para a operação adequada do aterro sanitário municipal de Buritama. A implementação de um sistema de coleta e operação de aterro que esteja em conformidade com a legislação vigente é imprescindível para evitar penalidades e promover a responsabilidade ambiental.

4.1.4. A coleta de resíduos sólidos pode ser integrada a programas de reciclagem e compostagem, promovendo a valorização de materiais recicláveis e reduzindo a quantidade de resíduos destinada ao aterro. Isso não só diminui os custos operacionais, mas também gera oportunidades econômicas para a população local, incentivando a economia circular.

4.1.5. Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de operação e manutenção do aterro sanitário, bem como de coleta e transporte de resíduos sólidos do Município de Buritama/SP, revela-se plenamente alinhada às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e à legislação ambiental vigente. O objeto contratado é essencial para assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, a mitigação de impactos ao meio ambiente e à saúde pública, o cumprimento das exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Licença de Operação expedida pela CETESB, além de

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti - CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

[Assinatura]
OBJETIVOS
SUSTENTÁVEIS



OBJETIVOS
SUSTENTÁVEIS



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

possibilitar a adoção de práticas sustentáveis, como a reciclagem e a compostagem. Assim, a contratação contribui de forma efetiva para a promoção do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade ambiental e da melhoria da qualidade de vida da população local.

4.2 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de assegurar o controle direto, contínuo e eficaz da execução dos serviços de operação e manutenção de aterro sanitário, os quais envolvem atividades técnicas especializadas e críticas, diretamente relacionadas à segurança operacional, à proteção ambiental e ao cumprimento das condicionantes da Licença de Operação emitida pela CETESB, sendo indispensável que a execução seja realizada integralmente pela empresa contratada, de modo a evitar a fragmentação de responsabilidades, garantir a responsabilização técnica única e assegurar maior qualidade, confiabilidade, rastreabilidade e conformidade ambiental durante toda a vigência contratual.

4.3 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Dos Requisitos para Formulação da Proposta Comercial

4.4.1. A proposta de preços deverá ser apresentada de forma detalhada, acompanhada de planilha de composição de custos contendo os valores unitários correspondentes aos itens unitários constantes no Orçamento Sintético anexo, devendo tais valores ser devidamente apurados, em conformidade com as especificações e quantitativos ali previstos, a fim de demonstrar a exequibilidade da proposta e a compatibilidade dos preços ofertados com os serviços a serem executados, observando, inclusive, as disposições relativas à apresentação da proposta estabelecidas no Edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Escopo dos Serviços/Execução dos Serviços

5.1.1. O escopo dos serviços a serem contratados, compreendendo a operação e manutenção do aterro sanitário municipal, bem como a coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares no Município de Buritama/SP, encontra-se devidamente detalhado no Orçamento Sintético elaborado pelo Departamento de Engenharia, o qual integra o presente procedimento como anexo, contemplando a descrição dos serviços, unidades de medida, quantitativos estimados e respectivas composições de custos necessárias à adequada execução do objeto contratual. Dessa forma, os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações técnicas e operacionais constantes no referido documento.

5.2 Operação e manutenção de aterro sanitário

5.2.1. Resíduos sólidos domiciliares

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti - CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

[Assinatura]
ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

5.2.1.1. Deverão ser realizados a inspeção e o registro (utilizando fichas) diariamente de todos os caminhões na chegada com as devidas especificações (responsável pelo registro, tipologia do resíduo transportado, placa do veículo, data e hora).

5.2.1.2 A vala instalada (aberta) destinada à recepção dos resíduos sólidos domiciliares deverá ser escavada obedecendo ao projeto construtivo licenciado pela CETESB. A mesma deverá manter capacidade mínima disponível de acondicionamento de resíduos sólidos de 7 (sete) dias considerando a geração diária do município de Buritama/SP;

5.2.1.3. Os resíduos sólidos domiciliares coletados deverão ser dispostos imediatamente nas valas, procedendo-se a compactação e cobertura do lixo com adequada camada de solo, imediatamente após o descarregamento do caminhão compactador de lixo;

5.2.1.4 Após o preenchimento de cada vala, deverá ser executada a cobertura final com camada de solo de aproximadamente 60 cm com declividade suficiente para impedir o acúmulo de água pluvial;

5.2.1.5 Deverão ser construídas (se necessário) curvas de nível para impedir o escoamento de águas pluviais e erosões na área das valas do aterro sanitário;

5.2.1.6 A abertura das valas e a compactação dos resíduos depositados nas valas deverão ser realizadas com escavadeira hidráulica sobre esteira com capacidade operacional mínima de 20 toneladas;

5.2.1.7 A área de entorno das valas deverá ser mantida limpa caso ocorra o espalhamento de resíduos na superfície;

5.2.1.8 A contratada deverá ser responsável pela operação do aterro sanitário municipal durante o horário de funcionamento (das 07 às 17 horas) de cada dia útil podendo haver funcionamento aos sábados, de forma eventual, conforme a necessidade e definição da Administração Municipal.

5.2.1.9 As máquinas descritas aqui nesse termo de referência (escavadeira hidráulica e pá carregadeira/retroescavadeira) deverão estar presentes e disponíveis durante todo o período de funcionamento do aterro sanitário, podendo ser utilizadas para qualquer serviço relacionado à operação do empreendimento.

5.3 Resíduos da construção civil (RCC - operação da usina de RCC)

5.3.1 Recepção: deverão ser realizados a inspeção e o registro (utilizando fichas) diariamente de todos os caminhões na chegada com as devidas especificações (responsável pelo registro, tipologia do resíduo transportado, placa do veículo, data e hora).

5.3.2 Deposição: após o registro, o RCC deverá ser depositado em área especificada pelo responsável da contratada;

5.3.3 Pré-tratamento e triagem inicial: o material (RCC) misturado deverá passar por uma separação mecânica e manual inicial para remover materiais não aproveitáveis ou contaminantes, como papel, plástico, metais e madeira.

5.3.4 Processamento: após separação o material deverá ser transportado (e inserido), através de pá carregadeira ou retroescavadeira, até a usina de rcc (localizada no aterro sanitário municipal), iniciando seu devido processamento. Todo o processamento deverá ser executado e coordenado pela contratada;

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBRIGADO



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

5.3.5 Armazenamento e uso: os agregados reciclados (agregado de resíduo de concreto - ARC e agregado de resíduo misto - ARM) deverão ser armazenados na área do aterro sanitário para serem disponibilizados para usos determinados pela prefeitura municipal de Buritama/SP;

5.3.6 Todo o procedimento, desde a chegada dos veículos até a o armazenamento dos agregados, deverá ser coordenado e executado diariamente pela contratada.

5.4 Resíduos de poda, varrição e jardinagem, e resíduos de grandes volumes (RGV)

5.4.1. Recepção: deverão ser realizados a inspeção e o registro (utilizando fichas) diariamente de todos os caminhões na chegada com as devidas especificações (responsável pelo registro, tipologia do resíduo transportado, placa do veículo, data e hora).

5.4.2. Deposição: após o registro, os resíduos de poda, varrição e jardinagem deverão ser depositados em área especificada pelo responsável da contratada;

5.4.3 A contratada deverá fazer a triagem dos galhos mais grossos para posterior trituração, respeitando o limite de diâmetro máximo que o equipamento fornecido pela contratante permite, caso seja necessário a contratada deverá seccionar os galhos com equipamento (motosserra).

5.4.4 A contratada deverá fazer a triagem dos galhos mais finos e folhagem para posteriormente executar compostagem da maneira que achar mais adequada seguindo as normas vigentes.

5.4.5 A contratada será responsável para dar destino final do adubo, produto final da compostagem.

5.4.6 O resíduo de grandes volumes/ rgv deve ser recebido com a equipe própria da contratada e depositado no local da triagem.

5.4.7 A triagem e a desmontagem do rgv deverão ser executadas manualmente e/ou com o auxílio de equipamento por conta da contratada.

5.4.8 Os resíduos não aproveitáveis, rejeitos e resíduos orgânicos deverão ser depositados nas valas.

5.4.9. Terraplenagem da área do aterro sanitário.

5.4.9.1. Deverá ser realizada a terraplenagem da área atual de operação do aterro sanitário com sua devida regularização, compactação e nivelamento (em gradiente) para a implantação do sistema de drenagem superficial de águas pluviais. Para a execução do item citado, devem ser realizados os seguintes serviços:

A) Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão até o 2º km (1667,00 m³);

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti - CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

B) Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal (3833,34 m³);

C) Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 3º km até o 5º km (916,00 m³).

5.5 Coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares (RSD)

5.5.1. Coleta de resíduos: define-se como coleta de lixo a operação de recolhimento de resíduos sólidos domiciliares gerados por estabelecimentos comerciais, residências e prédios públicos, tais como, restos de alimentos e embalagens, sendo estes materiais, após coletados, devidamente transportados e conduzidos até o local determinado pela prefeitura.

5.5.2. Os serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos serão executados nas vias e logradouros públicos da zona urbana, conforme rotas estabelecidas pelo departamento da prefeitura municipal de Buritama/SP.

5.5.3. A estimativa de quantidade mensal de lixo coletado é de 310,00 toneladas.

5.5.4. Geração de resíduos: estima-se que o município gera anualmente a média de 3.720 toneladas de resíduos. Para efeito de apresentação de proposta será considerada a média mensal de 310,00 toneladas de resíduos mensais.

5.5.6. Destino final dos resíduos: os resíduos coletados deverão ser transportados até o local determinado pela prefeitura municipal de Buritama/SP, sendo este o aterro sanitário municipal localizado na rodovia SP-461, km 55,2;

5.5.7 Mão de obra: composição da equipe de serviços: a coleta de lixo será executada por equipe composta por 02 (dois) caminhões com motorista e no mínimo 03 (três) coletores cada caminhão.

5.5.8 Para execução dos serviços deverão ser utilizados 02 caminhões dotados de carroceria compactadora para coleta de resíduos com capacidade mínima de 15 m³. A data de fabricação do veículo (caminhão) não poderá ser inferior ao ano 2016 e estar em perfeitas condições de uso, sem vazamentos, ferrugens ou outras falhas que comprometam a execução dos serviços.

5.5.9. Execução: a coleta deverá ser diária, de segunda à sábado, podendo ser alterado a pedido do responsável pela prefeitura municipal.

5.5.10 Em caso de feriados prolongados, a contratada deverá ajustar a frequência, para que não haja prejuízo da população a ser servida pela coleta, promovendo as coletas de modo que o intervalo máximo de não recolhimento seja de 48 (quarenta e oito) horas.

5.5.11. A sistemática de operacionalização será efetuada porta a porta em todas as vias públicas da zona urbana do município de Buritama de acordo com o roteiro que será disponibilizado pela prefeitura municipal.

5.5.12. O motorista deverá seguir rigorosamente os circuitos de coleta nos dias e horários supracitados, seguindo sempre as rotas do plano de coleta determinado pela prefeitura municipal. Sendo que qualquer alteração deverá ser feita por escrito e em comum acordo com a prefeitura municipal.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim Buriti - CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS



OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

5.5.13. Quando do uso de sacos plásticos, os coletores deverão recolher e transportar os recipientes com cuidado para não os danificar, evitando o rompimento dos mesmos e o derramamento do lixo nas vias públicas e quando expostos por queda na coleta, deverão ser varridos e recolhidos, pela contratada.

5.5.14. Assim também, com relação ao lixo que possa ter caído fora de seu lugar apropriado ou que por ação humana ou animal tenha esparramado, fica a empresa responsável pela limpeza do local e organização.

5.5.15. Não poderá haver derramamento de chorume, caso isso ocorra deverá imediatamente ser substituído por caminhão reserva.

5.5.16. A contratada deverá manter veículo, equipamento e equipe de reserva para que possam ser substituídos imediatamente, caso seja necessário.

5.5.17. Toda substituição, seja de pessoas ou equipamentos e veículos, deverá ser feita no máximo em até 24 horas.

5.5.18. O motorista e os coletores deverão se apresentar ao trabalho, devidamente uniformizados e no horário previsto. Os coletores, motoristas e demais pessoas que eventualmente venham a auxiliar nos serviços hora licitados deverão estar sempre munidos de equipamentos de proteção individual determinados por lei (EPI's como colete refletor, luvas, calçados, etc.), seguindo as normas estabelecidas pela legislação trabalhista e segurança do trabalho pertinente a função desempenhada.

5.5.19. A remuneração pelos serviços prestados será realizada de forma mensal, ou seja, a cada 30 dias, apurada mensalmente através de relatório detalhado e pormenorizado emitido pela empresa e ratificado pelo responsável.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS



OBJETIVOS SUSTENTÁVEIS



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1 Serão recebidas provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 4 (quatro) dias úteis.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da prestação de serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1 o prazo de validade;
- 7.10.2 a data da emissão;
- 7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5 o valor a pagar; e
- 7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

RESPONSÁVEL



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias após o mês de prestação de serviços, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **índice IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

ATIVOS
TENTAVEL



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global do lote**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO**, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de no mínimo **R\$ 0,10** ou outro valor estabelecido pelo pregoeiro/agente de contratação, previamente comunicado às licitantes.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287


Assinatura do responsável



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti - CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.25 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.25.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.27 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º.

8.28 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.29 Empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.30 Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a um ano, o balanço anual será substituído pelo balanço de abertura e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento.

8.31 Para a licitante que utiliza a escrituração contábil digital, poderá ser apresentada cópia do Balanço Patrimonial do último exercício social exigido, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED), recibo de entrega digital na Receita Federal e termo de autenticação da Junta Comercial.

8.32 As licitantes constituídas na forma de Sociedade Anônima deverão apresentar cópia do Balanço Patrimonial do último exercício social em um dos seguintes formatos: Publicação no Diário Oficial; Publicação em Jornal de Grande Circulação; ou Certidão ou fotocópia autenticada pela Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa.

Das cooperativas

8.25 Das cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287


OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

8.25.1.A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2.A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3.A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.25.4.O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.25.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.25.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.26 Da Qualificação Técnica

8.26.1 Prova de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa licitante e de seu responsável técnico, devendo, para fins de qualificação técnica, a empresa comprovar a disponibilidade de profissional(is) habilitado(s) na condição de Engenheiro Civil e Engenheiro Ambiental;

8.26.2 Comprovação de capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pela entidade profissional competente (CREA/CAU), fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que seus responsáveis técnicos executaram serviços com características semelhantes ao objeto licitado, contemplando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do item de maior relevância.

8.26.3 Comprovação de aptidão técnico-operacional, nos termos do inciso II do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, por meio de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou obras ou serviços semelhantes/similares ao objeto licitado, contemplando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do item de maior relevância.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

Gestor Municipal



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

8.26.4 Item de Maior Relevância

ITEM DE MAIOR RELEVÂNCIA		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CORRESPONDENTE À 50% DO ITEM DE MAIOR RELEVÂNCIA (12 MESES)
1	Operação e Manutenção do Aterro Sanitário	1.860 TONELADAS

8.26.5 A comprovação referida poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões quanto dispuser o licitante.

8.26.6 A documentação comprobatória do vínculo profissional poderá ser apresentada por meio de contrato social, registro em carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo admitida a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

8.26.7 Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante, a comprovação do vínculo profissional será feita por meio do ato constitutivo da empresa ou da ata de eleição dos administradores.

8.27 Da Vistoria Técnica

8.27.1 A vistoria técnica é facultativa. Contudo, caso haja interesse em realizá-la, o licitante deverá agendá-la previamente junto ao Departamento de Obras e Serviços Públicos.

8.27.2 Caso a vistoria não seja realizada, o licitante deverá apresentar Declaração de Responsabilidade, assinada por seu representante legal, atestando pleno conhecimento das condições e especificidades da contratação, não sendo aceitas futuras alegações de desconhecimento das instalações ou do local dos serviços.

8.27.3 O prazo para realização da vistoria terá início no primeiro dia útil após a publicação do edital e se encerrará até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a abertura da sessão pública.

8.27.4 Para a realização da vistoria, o licitante ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado com documento oficial de identidade, o qual será validado por representante do Departamento de Obras e Serviços Públicos, que emitirá declaração de realização da visita, a qual deverá ser anexada aos documentos de habilitação.

8.27.5 A vistoria tem por objetivo proporcionar ao licitante conhecimento detalhado das condições e peculiaridades da prestação dos serviços, possibilitando a avaliação in loco do grau de complexidade envolvido, não sendo aceitas, posteriormente, alegações de impedimentos à execução do objeto por desconhecimento do local ou das instalações.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP,
Fone (18) 3190-1287

OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.964.892,16 (seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e dezesseis centavos), conforme custos apostos no item 1.1 deste Termo, estando os referidos valores em conformidade com o Orçamento Sintético elaborado pelo Departamento de Engenharia, o qual integra o presente instrumento como anexo e estabelece as composições de custos e quantitativos que fundamentam a estimativa da contratação.

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.4 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação será o IPCA; ou

9.3.5 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária do Município, em especial às funcionais programáticas:

18.541.0045-2.057 ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE

Lista de anexo:

1) Orçamento sintético expedido pelo Departamento de Engenharia

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL "NÉSIO CARDOSO"
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Buritama (SP), 23 de fevereiro 2026

Reinaldo Fuzete Junior
Diretor de Departamento de Administração

Carlos Henrique Masson Contel
Diretor do Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Públicos

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda, 1463 - Bairro Jardim
Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
SUSTENTÁVEIS



OBJETIVOS
SUSTENTÁVEIS



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ 44.435.121/0001-31



Encargos Sociais

B.D.I.

Bancos

Obra

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e manutenção de aterro sanitário e coleta e transporte de resíduos sólidos do município de Buritama/SP

SINAPI - 12/2025 - São Paulo
SBC - 01/2025 - São Paulo
SICRO3 - 10/2025 - São Paulo
SIURB - 07/2025 - São Paulo
SIURB INFRA - 07/2025 - São Paulo
CPOS/CDHU - 01/2026 - São Paulo
FDE - 10/2025 - São Paulo

Desonerado: embulido nos preços unitário dos insumos da mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Simbólico

Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit (R\$)	Valor Unit com BDI (R\$)	Total (R\$)	Peso (%)
1		OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	TON	310	991,66		307.414,65	52,97 %
1.1	03572 SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	1	8.896,74	10.893,99	10.893,99	1,88 %
1.2	00002707 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	H	50	114,96	140,79	8.447,40	1,46 %
1.3	099994 SBC	ENGENHEIRO AMBIENTAL PLENO	H	60	97,94	119,94	7.196,40	1,24 %
1.5	101388 SINAPI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	2	5.073,22	6.213,17	12.426,34	2,14 %
1.6	100280 SINAPI	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	300	30,51	37,36	13.449,60	2,32 %
1.7	88326 SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	300	34,62	42,39	15.260,40	2,63 %
1.8	88907 SINAPI	ESCAVADORA HIDRÁULICA SOBRE ESTERAS, CACAMBA 1,20 M3, PESO OPERACIONAL 21 T, POTÊNCIA BRUTA 155 HP - CHP DIURNO. AF - 06/2014	CHP	184	266,89	326,87	60.144,08	10,36 %
1.9	00004221 SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTÍVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	L	3840	6,02	7,37	28.300,80	4,80 %
1.10	9846 SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 197 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA 3,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 18338 KG - CHI DIURNO. AF - 06/2014	CHI	184	98,85	121,06	22.275,04	3,84 %
1.10	53861 SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 197 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA 3,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 18338 KG - MANUTENÇÃO. AF - 06/2014	H	184	64,54	79,04	14.543,36	2,51 %
1.11	5767 SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 197 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA 3,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 18338 KG - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF - 06/2014	H	184	70,79	86,89	15.950,96	2,75 %
1.12	00004221 SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTÍVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	L	3900	6,02	7,37	28.743,00	4,85 %
1.13	05.10.020 CPOS/CDHU	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão até o 2º km	m³	1667	8,74	10,70	17.836,90	3,07 %
1.14	54.01.010 CPOS/CDHU	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do praxar normal	m²	3833,34	3,52	4,31	16.521,69	2,85 %
1.15	05.09.060 CPOS/CDHU	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 3º km até o 5º km	m³	916	21,12	25,86	23.687,76	4,08 %
1.16	4015760 SICRO3	Triunfo de galhos e troncos com diâmetro de até 350 mm	m³	203	33,90	41,51	11.747,33	2,02 %



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-6MB

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS
Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.
Telefone (18) 3190-1287



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL "NÉSIO CARDOSO"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ 44.435.121/0001-31



COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMICILIARES									
2			TON	310	880,62	272.913,06	47,33 %		
2.1	11023000 SIBUR INPRA	CAMINHÃO BASCULANTE 10M3 OU SIMILAR CAMINHÃO COMPACTADOR 10M3	H	104	314,91	305,67	12,23 %		
2.2	11023000 SIBUR INPRA	CAMINHÃO BASCULANTE 10M3 OU SIMILAR CAMINHÃO COMPACTADOR 10M3	H	104	314,91	305,67	12,23 %		
2.3	12008000 SIBUR INPRA	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	184	36,79	45,05	1,43 %		
2.4	12008000 SIBUR INPRA	MOTORISTA DE CAMINHÃO	H	184	36,79	45,05	1,43 %		
2.5	101380 SINAPI	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	6	5.313,85	6.507,87	6,73 %		
2.6	4063000 SIBUR INPRA	DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II A - NÃO INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	Ton	310	144,36	176,79	9,44 %		
2.7	06064221 SINAPI	ÓLEO DIESEL COMBUSTÍVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	L	2000	6,02	7,37	3,56 %		
				Total sem BDI (R\$)		473.968,35			
				Total do BDI (R\$)		106.441,38			
				Total Geral (R\$)		580.409,73			

CARLOS HENRIQUE
MASSON
CONTEL-4374149180
2
CNPJ-33.25.52.23/0015-67
-01/001

Carlos Henrique Masson Contel
Diretor do Departamento de Engenharia
CREA - SP 5070820849

Buritama-SP, 20 de fevereiro de 2026



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-6MB

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS
Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.
Telefone (18) 3190-1287



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

BURITAMA, 20 DE FEVEREIRO DE 2026

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente solicitação refere-se à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e manutenção de aterro sanitário e coleta e transporte de resíduos sólidos do município de Buritama/SP.

Com o crescimento populacional e urbano do município de Buritama, a gestão adequada dos resíduos sólidos se torna cada vez mais necessária. A coleta eficiente de resíduos e a operação do aterro sanitário municipal representam ações fundamentais para garantir a saúde pública, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento econômico local e o atendimento às exigências contidas na Licença de Operação nº 13004453 emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

A coleta regular de resíduos sólidos evita a proliferação de vetores de doenças, como insetos e roedores, que podem causar epidemias. A acumulação de lixo pode levar a problemas de saúde graves, prejudicando a qualidade de vida da população e sobrecarregando os serviços de saúde. Assim, a implementação de um sistema de coleta eficiente é essencial para proteger a saúde da comunidade.

2. ÁREA REQUISITANTE

Departamento Municipal de Administração

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis tangente a prestação de serviços orienta a verificação do objeto a ser licitado tocante ao comportamento da inserção de aspectos de sustentabilidade.

Um aterro sanitário bem projetado e operado é uma solução ambientalmente adequada para a disposição dos resíduos. Ele minimiza os impactos negativos ao meio ambiente, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos, além de permitir a captura e o tratamento de gases gerados, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

A coleta e o gerenciamento de resíduos sólidos devem seguir as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010),

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

[Assinatura]



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

assim como normas estaduais, municipais e o que dispõe a Licença de Operação nº 13004453 (Cetesb) que estabelece as exigências técnicas para a operação adequada do aterro sanitário municipal de Buritama. A implementação de um sistema de coleta e operação de aterro que esteja em conformidade com a legislação vigente é imprescindível para evitar penalidades e promover a responsabilidade ambiental.

A coleta de resíduos sólidos pode ser integrada a programas de reciclagem e compostagem, promovendo a valorização de materiais recicláveis e reduzindo a quantidade de resíduos destinada ao aterro. Isso não só diminui os custos operacionais, mas também gera oportunidades econômicas para a população local, incentivando a economia circular.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de operação e manutenção do aterro sanitário, bem como de coleta e transporte de resíduos sólidos do Município de Buritama/SP, revela-se plenamente alinhada às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e à legislação ambiental vigente. O objeto contratado é essencial para assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, a mitigação de impactos ao meio ambiente e à saúde pública, o cumprimento das exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Licença de Operação expedida pela CETESB, além de possibilitar a adoção de práticas sustentáveis, como a reciclagem e a compostagem. Assim, a contratação contribui de forma efetiva para a promoção do desenvolvimento sustentável, da responsabilidade ambiental e da melhoria da qualidade de vida da população local.

Da prestação de serviço

ESCOPO DOS SERVIÇOS/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O escopo dos serviços a serem contratados, compreendendo a operação e manutenção do aterro sanitário municipal, bem como a coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares no Município de Buritama/SP, encontra-se devidamente detalhado no Orçamento Sintético elaborado pelo Departamento de Engenharia, o qual integra o presente procedimento como anexo, contemplando a descrição dos serviços, unidades de medida, quantitativos estimados e respectivas composições de custos necessárias à adequada execução do objeto contratual. Dessa forma, os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações técnicas e operacionais constantes no referido documento.

Operação e manutenção de aterro sanitário
Resíduos sólidos domiciliares

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBRIGADO



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Deverão ser realizados a inspeção e o registro (utilizando fichas) diariamente de todos os caminhões na chegada com as devidas especificações (responsável pelo registro, tipologia do resíduo transportado, placa do veículo, data e hora). A vala instalada (aberta) destinada à recepção dos resíduos sólidos domiciliares deverá ser escavada obedecendo ao projeto construtivo licenciado pela CETESB. A mesma deverá manter capacidade mínima disponível de acondicionamento de resíduos sólidos de 7 (sete) dias considerando a geração diária do município de Buritama/SP;

Os resíduos sólidos domiciliares coletados deverão ser dispostos imediatamente nas valas, procedendo-se a compactação e cobertura do lixo com adequada camada de solo, imediatamente após o descarregamento do caminhão compactador de lixo;

Após o preenchimento de cada vala, deverá ser executada a cobertura final com camada de solo de aproximadamente 60 cm com declividade suficiente para impedir o acúmulo de água pluvial;

Deverão ser construídas (se necessário) curvas de nível para impedir o escoamento de águas pluviais e erosões na área das valas do aterro sanitário;

A abertura das valas e a compactação dos resíduos depositados nas valas deverão ser realizadas com escavadeira hidráulica sobre esteira com capacidade operacional mínima de 20 toneladas;

A área de entorno das valas deverá ser mantida limpa caso ocorra o espalhamento de resíduos na superfície;

A contratada deverá ser responsável pela operação do aterro sanitário municipal durante o horário de funcionamento (das 07 às 17 horas) de cada dia útil, podendo haver funcionamento aos sábados, de forma eventual, conforme a necessidade e definição da Administração Municipal.

As máquinas descritas aqui nesse termo de referência (escavadeira hidráulica e pá carregadeira/retroescavadeira) deverão estar presentes e disponíveis durante todo o período de funcionamento do aterro sanitário, podendo ser utilizadas para qualquer serviço relacionado à operação do empreendimento.

Resíduos da construção civil (RCC - operação da usina de RCC)

Recepção: deverão ser realizados a inspeção e o registro (utilizando fichas) diariamente de todos os caminhões na chegada com as devidas especificações (responsável pelo registro, tipologia do resíduo transportado, placa do veículo, data e hora).

Deposição: após o registro, o RCC deverá ser depositado em área especificada pelo responsável da contratada;

Pré-tratamento e triagem inicial: o material (RCC) misturado deverá passar por uma separação mecânica e manual inicial para remover materiais não aproveitáveis ou contaminantes, como papel, plástico, metais e madeira.

Processamento: após separação o material deverá ser transportado (e inserido), através de pá carregadeira ou retroescavadeira, até a usina de rcc (localizada no aterro sanitário municipal), iniciando seu devido processamento. Todo o processamento deverá ser executado e coordenado pela contratada;

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

[Assinatura]
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Armazenamento e uso: os agregados reciclados (agregado de resíduo de concreto - ARC e agregado de resíduo misto - ARM) deverão ser armazenados na área do aterro sanitário para serem disponibilizados para usos determinados pela prefeitura municipal de Buritama/SP;

Todo o procedimento, desde a chegada dos veículos até a o armazenamento dos agregados, deverá ser coordenado e executado diariamente pela contratada.

Resíduos de poda, varrição e jardinagem, e resíduos de grandes volumes (RGV)

Recepção: deverão ser realizados a inspeção e o registro (utilizando fichas) diariamente de todos os caminhões na chegada com as devidas especificações (responsável pelo registro, tipologia do resíduo transportado, placa do veículo, data e hora).

Deposição: após o registro, os resíduos de poda, varrição e jardinagem deverão ser depositados em área especificada pelo responsável da contratada; A contratada deverá fazer a triagem dos galhos mais grossos para posterior trituração, respeitando o limite de diâmetro máximo que o equipamento fornecido pela contratante permite, caso seja necessário a contratada deverá seccionar os galhos com equipamento (motosserra).

A contratada deverá fazer a triagem dos galhos mais finos e folhagem para posteriormente executar compostagem da maneira que achar mais adequada seguindo as normas vigentes.

A contratada será responsável para dar destino final do adubo, produto final da compostagem.

O resíduo de grandes volumes/ rgv deve ser recebido com a equipe própria da contratada e depositado no local da triagem.

A triagem e a desmontagem do rgv deverão ser executadas manualmente e/ou com o auxílio de equipamento por conta da contratada.

Os resíduos não aproveitáveis, rejeitos e resíduos orgânicos deverão ser depositados nas valas.

Terraplenagem da área do aterro sanitário.

Deverá ser realizada a terraplenagem da área atual de operação do aterro sanitário com sua devida regularização, compactação e nivelamento (em gradiente) para a implantação do sistema de drenagem superficial de águas pluviais. Para a execução do item citado, devem ser realizados os seguintes serviços:

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

[Assinatura]
OBRIGADO
SUSTENTÁVEL



OBETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

- A) Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão até o 2º km (1667,00 m³);
- B) Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal (3833,34 m²);
- C) Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 3º km até o 5º km (916,00 m³).

Coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares (RSD)

Coleta de resíduos: define-se como coleta de lixo a operação de recolhimento de resíduos sólidos domiciliares gerados por estabelecimentos comerciais, residências e prédios públicos, tais como, restos de alimentos e embalagens, sendo estes materiais, após coletados, devidamente transportados e conduzidos até o local determinado pela prefeitura.

Os serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos serão executados nas vias e logradouros públicos da zona urbana, conforme rotas estabelecidas pelo departamento da prefeitura municipal de Buritama/SP.

A estimativa de quantidade mensal de lixo coletado é de 310 toneladas.

Geração de resíduos: estima-se que o município gera anualmente a média de 3.720 toneladas de resíduos. Para efeito de apresentação de proposta será considerada a média mensal de 310 toneladas de resíduos.

Destino final dos resíduos: os resíduos coletados deverão ser transportados até o local determinado pela prefeitura municipal de Buritama/SP, sendo este o aterro sanitário municipal localizado na rodovia SP-461, km 55,2;

Mão de obra: composição da equipe de serviços: a coleta de lixo será executada por equipe composta por 02 (dois) caminhões com motorista e no mínimo 03 (três) coletores cada caminhão.

Para execução dos serviços deverão ser utilizados 02 caminhões dotados de carroceria compactadora para coleta de resíduos com capacidade mínima de 15 m³.

A data de fabricação do veículo (caminhão) não poderá ser inferior ao ano 2016 e estar em perfeitas condições de uso, sem vazamentos, ferrugens ou outras falhas que comprometam a execução dos serviços.

Execução: a coleta deverá ser diária, de segunda à sábado, podendo ser alterado a pedido do responsável pela prefeitura municipal.

Em caso de feriados prolongados, a contratada deverá ajustar a frequência, para que não haja prejuízo da população a ser servida pela coleta, promovendo as coletas de modo que o intervalo máximo de não recolhimento seja de 48 (quarenta e oito) horas.

A sistemática de operacionalização será efetuada porta a porta em todas as vias públicas da zona urbana do município de Buritama de acordo com o roteiro que será disponibilizado pela prefeitura municipal.

O motorista deverá seguir rigorosamente os circuitos de coleta nos dias e horários supracitados, seguindo sempre as rotas do plano de coleta

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287


OBRIGADO



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

determinado pela prefeitura municipal. Sendo que qualquer alteração deverá ser feita por escrito e em comum acordo com a prefeitura municipal.

Quando do uso de sacos plásticos, os coletores deverão recolher e transportar os recipientes com cuidado para não os danificar, evitando o rompimento dos mesmos e o derramamento do lixo nas vias públicas e quando expostos por queda na coleta, deverão ser varridos e recolhidos, pela contratada.

Assim também, com relação ao lixo que possa ter caído fora de seu lugar apropriado ou que por ação humana ou animal tenha esparramado, fica a empresa responsável pela limpeza do local e organização.

Não poderá haver derramamento de chorume, caso isso ocorra deverá imediatamente ser substituído por caminhão reserva.

A contratada deverá manter veículo, equipamento e equipe de reserva para que possam ser substituídos imediatamente, caso seja necessário.

Toda substituição, seja de pessoas ou equipamentos e veículos, deverá ser feita no máximo em até 24 horas.

O motorista e os coletores deverão se apresentar ao trabalho, devidamente uniformizados e no horário previsto. Os coletores, motoristas e demais pessoas que eventualmente venham a auxiliar nos serviços hora lícitados deverão estar sempre munidos de equipamentos de proteção individual determinados por lei (EPI's como colete refletor, luvas, calçados, etc.), seguindo as normas estabelecidas pela legislação trabalhista e segurança do trabalho pertinente a função desempenhada.

A remuneração pelos serviços prestados será realizada de forma mensal, ou seja, a cada 30 dias, apurada mensalmente através de relatório detalhado e pormenorizado emitido pela empresa e ratificado pelo responsável.

Do enquadramento do objeto

O objeto em demanda é de **qualidade comum**, não sendo caracterizado como bem de luxo, consoante art. 20 da Lei nº. 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Da não aplicação da cota reservada às ME/EPP

Não foi aplicada a cota reservada às empresas ME/EPP em razão do artigo 48, III, da lei complementar 123/06 estabelecer apenas aos objetos de aquisição e não de serviço. Porém, cumpre esclarecer que as demais benesses na Lei Complementar 123 devem ser mantidas e totalmente aplicadas.

Da qualificação técnica

Prova de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU),

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287


OBRIGADO



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

da empresa licitante e de seu responsável técnico, devendo, para fins de qualificação técnica, a empresa comprovar a disponibilidade de profissional(is) habilitado(s) na condição de Engenheiro Civil e Engenheiro Ambiental;

Comprovação de capacidade técnica-operacional mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado e emitida pela entidade profissional competente (CREA/CAU) que comprove seus responsáveis técnicos, executou serviços com características semelhantes ao objeto licitado, contemplando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do item de maior relevância.

Comprovação de Aptidão Técnica Operacional nos termos do inciso II, artigo 67 da Lei n.º 14.133/21, através de atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a empresa tenha executado obras e serviços semelhantes/similares correspondente ao objeto licitado, contemplando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do item de maior relevância.

ITEM DE MAIOR RELEVÂNCIA		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CORRESPONDENTE A 50% DO ITEM DE MAIOR RELEVÂNCIA (12 MESES)
1	Operação e Manutenção do Aterro Sanitário	1.860 TONELADAS

A comprovação referida poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões quanto dispuser o licitante.

A documentação comprobatória do vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo ou da ata de eleição dos administradores.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBRIGADO





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Da Vistoria Técnica

É opcional. Porém caso haja interesse em realizá-la, o licitante deverá agendá-la antecipadamente junto ao Departamento de Obras e Serviços Públicos.

Caso a vistoria não seja realizada, o licitante deverá apresentar uma Declaração de Responsabilidade, assinada pelo representante legal da empresa, confirmando pleno conhecimento das condições e especificidades da contratação. Assim, não serão aceitas futuras alegações de desconhecimento das instalações ou do local dos serviços como motivo para a não execução adequada do objeto contratado.

O prazo para a vistoria terá início no primeiro dia útil após a data de publicação do edital e se estenderá até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria, o licitante ou seu representante legal deverão estar devidamente identificados com documento de identidade civil, o qual será validado por representante do Departamento de Obras e Serviços Públicos, que emitirá declaração de que a visita foi realizada, no qual deverá ser anexada nos documentos de habilitação.

A vistoria tem como objetivo proporcionar ao licitante conhecimento detalhado sobre todas as condições e peculiaridades relacionadas à prestação dos serviços, permitindo avaliar in loco o grau de complexidade envolvido. Durante a vistoria, deverão ser esclarecidas eventuais dúvidas técnicas, não sendo aceitas, posteriormente, alegações de impedimentos para a execução adequada do objeto devido a desconhecimento das instalações ou do local de realização dos serviços.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Solução 1: Execução Direta dos Serviços pelo Município (Frota e Servidores Próprios)

A execução direta dos serviços de coleta, transporte de resíduos sólidos e operação e manutenção do aterro sanitário por meio de veículos e servidores do próprio Município demandaria elevados investimentos iniciais e contínuos.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

[Assinatura]



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Seria necessária a aquisição e renovação periódica de caminhões compactadores, máquinas e equipamentos específicos para operação de aterro, além da manutenção constante da frota, aquisição de combustíveis, peças e insumos.

Adicionalmente, a solução implicaria a necessidade de quadro técnico especializado, incluindo operadores treinados, motoristas habilitados, técnicos ambientais e responsáveis pela operação em conformidade com a licença ambiental da CETESB. Tal estrutura gera custos permanentes com pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, adicionais de insalubridade e despesas com capacitação contínua, além de aumentar significativamente o risco de passivos trabalhistas e administrativos.

Do ponto de vista operacional, a gestão direta apresenta maior vulnerabilidade à descontinuidade dos serviços, especialmente em situações de afastamentos, férias, licenças médicas, greves ou falhas mecânicas dos veículos, o que pode comprometer um serviço essencial à saúde pública e ao meio ambiente. Soma-se a isso a dificuldade de atualização tecnológica e de atendimento tempestivo às exigências ambientais, o que expõe o Município a riscos de autuações, multas e sanções por descumprimento das normas ambientais e das condicionantes da Licença de Operação.

Solução 2: Contratação de Empresa Especializada para Execução dos Serviços

A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte de resíduos sólidos e operação e manutenção do aterro sanitário consiste em solução amplamente adotada por municípios de porte semelhante, conforme práticas consolidadas de mercado. As empresas do setor possuem estrutura técnica própria, frota adequada, mão de obra especializada e experiência comprovada, assegurando a execução contínua e eficiente dos serviços.

Nesse modelo, a contratada assume integralmente a responsabilidade pela disponibilização de veículos, equipamentos, manutenção da frota, gestão de pessoal, fornecimento de EPIs, atendimento às normas de segurança do trabalho e cumprimento das exigências ambientais, inclusive aquelas previstas na Licença de Operação do aterro. Isso reduz substancialmente os riscos operacionais, administrativos e trabalhistas para o Município, além de permitir maior previsibilidade orçamentária, com custos definidos contratualmente.

Sob o aspecto econômico, a terceirização elimina a necessidade de investimentos elevados em bens de capital e transforma custos variáveis em despesas contratadas, facilitando o planejamento financeiro. Do ponto de vista técnico e ambiental, a empresa especializada dispõe de know-how atualizado, procedimentos padronizados e capacidade de resposta rápida às

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287


OBRIGADO
SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

exigências dos órgãos de controle e fiscalização, assegurando a regularidade da operação, a mitigação de impactos ambientais e a continuidade de um serviço essencial à coletividade.

Conclusão do Levantamento de Mercado

A análise comparativa das soluções demonstra que, embora a execução direta seja juridicamente possível, não se revela a alternativa mais eficiente, econômica e segura para o Município de Buritama/SP. A contratação de empresa especializada apresenta maior viabilidade técnica, operacional, econômica e ambiental, reduzindo riscos, assegurando conformidade legal e garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços. Assim, à luz do levantamento de mercado e das práticas adotadas por municípios similares, conclui-se que a terceirização dos serviços é a solução mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução definida para atendimento da demanda consiste na realização de Pregão, na forma eletrônica, visando à contratação de empresa especializada para a execução do objeto. A adoção do procedimento eletrônico amplia a competitividade, assegura transparência e isonomia, além de proporcionar maior eficiência e economicidade à Administração Pública.

A contratação por meio de pregão permite o adequado controle da execução contratual e dos custos envolvidos, além de garantir a continuidade, a qualidade e a regularidade dos serviços. Dessa forma, a solução proposta mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa de quantitativos para a contratação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, bem como para a operação e manutenção do aterro sanitário municipal, foi definida com base em levantamento técnico realizado pelo Departamento de Engenharia, considerando a média de geração de resíduos no Município, as condições operacionais do sistema atualmente existente e a necessidade de continuidade na adequada prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, de modo a assegurar a regularidade, eficiência e segurança das atividades desenvolvidas

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287


DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

durante o período de vigência contratual, sendo que as quantidades a serem contratadas observarão os parâmetros técnicos estabelecidos, conforme tabela abaixo.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	14265	Operação e Manutenção do Aterro Sanitário	Tonelada	3720
2	14265	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	Tonelada	3720

Da padronização dos itens

Os itens que compõem a demanda são categorizados segundo o princípio da padronização.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor: R\$ 6.964.892,16 (seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e dezesseis centavos).

LOTE ÚNICO						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. Estimada para 12 meses	Valor unitário (tonelada)	Valor total (12 Meses)
1	14265	Operação e Manutenção do Aterro Sanitário	Tonelada	3720	991,66	R\$ 3.688.975,20
2	14265	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	Tonelada	3720	880,62	R\$ 3.275.916,96
VALOR TOTAL DO LOTE (12 MESES)					R\$ 6.964.892,16	

Do método matemático

O método adotado para a definição do valor estimado da contratação baseia-se na utilização de orçamento sintético elaborado pelo Departamento de Engenharia do Município, conforme planilha técnica anexa ao presente Estudo Técnico Preliminar, a qual contempla a composição detalhada dos custos unitários e totais dos serviços a serem contratados, com base em referenciais oficiais de preços da construção civil e infraestrutura pública.

Da compatibilidade com o valor de mercado

Os valores constantes na planilha orçamentária foram obtidos a partir de composições extraídas de sistemas oficiais de custos amplamente utilizados pela Administração Pública, tais como SINAPI, SBC, SICRO3, SIURB, CPOS/CDHU e FDE, observadas as respectivas atualizações vigentes, bem como a incidência de BDI no percentual de 22,47%, o que assegura a

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

[Assinatura]



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

compatibilidade dos preços estimados com os praticados no mercado e a vantajosidade da futura contratação para a Administração Pública.

Da data da pesquisa

Ressalta-se que as composições de custos utilizadas para a elaboração do orçamento possuem como data-base os períodos compreendidos entre julho de 2025 e janeiro de 2026, conforme indicado nas tabelas oficiais adotadas, não ultrapassando o interregno de 1 (um) ano da data de realização da presente estimativa, atendendo, portanto, às disposições normativas aplicáveis à matéria.

Do momento da divulgação do orçamento

Em atendimento às exigências contidas no inciso IX, artigo 18, da Lei de Licitações nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, a divulgação do orçamento deverá ser realizada concomitantemente à publicação/divulgação do Edital.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A demanda em questão comporta divisão/parcelamento em itens, portanto, essa será a diretriz orientadora do Edital.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se vislumbra contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto do presente estudo.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual de 2025 (Id 44435121000131-0-000001/2026), bem como Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 5.116/2025 e suas alterações.

Por compreender atividade de custeio, dentro dos limites e instâncias governamentais não há DECRETOS ou OUTROS ATOS ADMINISTRATIVOS que estabeleçam limites para CONTRATAÇÃO DE BENS e SERVIÇOS, bem como GASTOS COM DIÁRIAS e PASSAGENS no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Dentro da Lei Orçamentária Anual, as funcionais programáticas que serão oneradas são:

18.541.0045-2.057 ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287


SECRETARIA DE LICITAÇÕES
Elicitável



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

11. DOS BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte de resíduos sólidos e operação e manutenção do aterro sanitário proporciona maior eficiência operacional, assegurando a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços essenciais à saúde pública e à preservação ambiental. A solução permite o cumprimento das exigências legais e ambientais, especialmente aquelas previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos e na Licença de Operação expedida pela CETESB, reduzindo riscos de autuações, penalidades e passivos ambientais para o Município.

Além disso, a contratação transfere à empresa contratada a responsabilidade pela gestão de frota, equipamentos, mão de obra especializada e segurança do trabalho, resultando em maior previsibilidade de custos e redução de riscos administrativos e trabalhistas. O modelo adotado favorece o planejamento, a fiscalização e o controle por parte da Administração Pública, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e para a melhoria da qualidade de vida da população.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não há providências que sejam requisitos para que a demanda seja atendida com a escolha da solução adotada.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços de coleta, transporte de resíduos sólidos e operação do aterro sanitário pode gerar impactos ambientais, tais como emissões atmosféricas decorrentes do uso de veículos e equipamentos, geração de ruídos durante as atividades operacionais, consumo de combustíveis fósseis e desgaste de recursos naturais. Na operação do aterro, destacam-se ainda os riscos de geração de chorume e de emissão de gases oriundos da decomposição dos resíduos, os quais, se não devidamente controlados, podem causar impactos ao solo, aos recursos hídricos e à qualidade do ar.

Entretanto, tais impactos podem ser mitigados por meio da adoção de práticas operacionais adequadas, do cumprimento das exigências legais e ambientais, da observância das condicionantes da Licença de Operação emitida pela CETESB e da implementação de medidas de controle, monitoramento e manutenção preventiva. A atuação de empresa especializada contribui para a redução desses impactos, ao empregar procedimentos técnicos, equipamentos adequados e mão de obra capacitada, assegurando a operação ambientalmente adequada do sistema de coleta e do aterro sanitário.

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti - CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287

OBRIGADO



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



Governo do Município de Buritama
Paço Municipal “Nésio Cardoso”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante das análises realizadas, verifica-se que a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de operação e manutenção do aterro sanitário, bem como de coleta e transporte de resíduos sólidos do Município de Buritama/SP, é tecnicamente viável, considerando a complexidade do objeto, a necessidade de atendimento contínuo e o cumprimento das exigências legais e ambientais vigentes. O mercado dispõe de empresas capacitadas, com experiência comprovada, estrutura operacional adequada, mão de obra especializada e capacidade de atender às condicionantes da Licença de Operação expedida pela CETESB e à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Sob o aspecto econômico e administrativo, a solução adotada mostra-se viável e vantajosa para a Administração Pública, uma vez que assegura previsibilidade de custos, redução de riscos operacionais, trabalhistas e ambientais, além de maior eficiência na gestão e fiscalização dos serviços. Assim, considerando o levantamento de mercado, as soluções analisadas e os benefícios decorrentes da contratação, declara-se viável a implementação da solução proposta, por atender ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade.

Lista de anexo:

- 1) Orçamento sintético expedido pelo Departamento de Engenharia


Reinaldo Fuzete Junior
Diretor de Departamento de Administração


Carlos Henrique Masson Contel
Diretor do Departamento de Engenharia, Obras e Serviços Públicos

Departamento Municipal de Compras, Licitações e Gestão de Contratos. Rua Maria Florinda,
1463 - Bairro Jardim Buriti- CEP 15.290-000 - Buritama - SP.
Fone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo N°
13/07642/24

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 25/11/2029

N° 13004453

Versão: 01

Data: 25/11/2024

RENOVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome
SERV. AUT. DE ÁGUA, ESG. E MEIO AMB. DO MUNICÍPIO DE BURITAMA - SAAEMB CNPJ
08.046.438/0001-12
Logradouro
RODOVIA SP-461 KM 55,2 Cadastro na CETESB
230-105-6
Número Complemento Bairro CEP Município
ATERRO EM VALAS PALMEIRAS 15290-000 BURITAMA

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal	
Descrição Lixo urbano; serviços de coleta e transporte de	
Bacia Hidrográfica 22 - TIETÊ BAIXO	UGRHI 19 - BAIXO TIETÊ
Corpo Receptor	Classe
Área (metro quadrado)	
Terreno 169.463,00	Construída 34.379,00
Atividade ao Ar Livre	Novos Equipamentos
Área do módulo explorado(ha)	
Horário de Funcionamento (h)	
Início 00:01	Término 00:01
Número de Funcionários	
Administração 0	Produção 0
Licença de Instalação	
Data	Número

A CETESB-Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;
A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;
A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;
Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;
No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;
Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado; Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;
A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

SP N°
93147963

Tipos de Exigências Técnicas
Ar, Solo, Outros

EMITENTE

Local: ARAÇATUBA
Esta licença de número 13004453 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br

ENTIDADE

Pag.1/3





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo N°
13/07642/24

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 25/11/2029

N° 13004453

Versão: 01

Data: 25/11/2024

RENOVAÇÃO

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. A municipalidade deverá implementar, coordenar e executar ações visando a redução de resíduos sólidos recicláveis, por meio de sistema de coleta seletiva, bem como incentivar a adesão de sua população ao sistema, de acordo com o preconizado na Resolução SMA nº 117, de 29/09/2017, sendo o cumprimento desta Exigência condicionante a Renovação desta Licença, a ampliação do atual aterro ou implantação de novo Aterro Sanitário em Vaíais.
02. A área do Aterro Sanitário em Vaíais deverá ser objeto de legislação municipal, aprovada pela Câmara Municipal, especificando nesta o uso futuro do local e as restrições inerentes a tipologia desta área, sendo o cumprimento desta Exigência condicionante a Renovação desta Licença, a ampliação do atual aterro ou implantação de novo Aterro Sanitário em Vaíais.
03. Todos os resíduos sólidos domiciliares coletados deverão ser dispostos imediatamente nas vaíais, através da utilização de frente única de operação e trabalho, procedendo-se a compactação e cobertura do lixo com adequada camada de solo, imediatamente após o descarregamento do caminhão compactador de lixo.
04. Deverão ser mantidas as curvas de nível para o controle da ação das águas pluviais sobre a área utilizada para o aterro.
05. Fica vedada a recepção e/ou disposição de qualquer resíduo que não seja lixo urbano de origem doméstica, tais como, podas de árvores, entulhos da construção civil, resíduos industriais, resíduos de serviços de saúde, resíduos contaminados com óleo e graxa, embalagens de agrotóxicos e outros resíduos perigosos.
06. Fica permanentemente proibida a queima ao ar livre no local de resíduos de qualquer natureza.
07. Fica proibida a retirada indiscriminada de terra da área do Aterro Sanitário em Vaíais, cujo excedente deverá ser reutilizado para o nivelamento da área encerrada, bem como, para inibir a formação de depressões que possam reter as águas precipitadas sobre as vaíais.
08. Periodicamente, deverá ser efetuada a limpeza de possíveis resíduos (plásticos, papéis, papelão etc.) espalhados sobre o solo pela ação dos ventos, mantendo a área sempre limpa, de modo a evitar que estes resíduos venham extrapolar a área física do aterro.
09. Manter a área cercada e fechada, de modo a se obter efetivo controle de acesso e impedir o ingresso de animais, pessoas estranhas e de catadores, bem como, deverá ser mantida cerca arbustiva, realizando a plantio de mudas onde houver falhas nesta vegetação arbustiva, de forma a isolar o local fisicamente e visualmente e reter possíveis resíduos arrastados pela ação dos ventos.
10. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento.
11. Deverá ser mantida a adequada operação do empreendimento, com o fiel cumprimento das normas técnicas vigentes, bem como, deverá ser adotada todas as medidas preventivas e corretivas necessárias, de forma a assegurar que não se constitua um foco de atração de aves e/ou de outros vetores (moscas/roedores).
12. A sequência de implantação das vaíais deverá ser no sentido do ponto mais alto para o mais baixo do terreno e transversalmente as curvas de nível do terreno, devendo ser efetuada elevação com terra nas bordas e entrada da vala, de forma a evitar o direcionamento das águas de chuvas para o interior da vala, bem como evitar formação de processos erosivos na área do Aterro.
13. O Município de Buritama deverá atender integralmente ao estabelecido em seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.
14. Manter a implantação e desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental, conforme diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.
15. Deverão ser adotadas técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies-problema para aviação, sendo de responsabilidade do empreendedor que o empreendimento não se configure como um foco atrativo de fauna.

ENTIDADE

Pag.2/3





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo N°
13/07642/24

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 25/11/2029

N° 13004453

Versão: 01

Data: 25/11/2024

RENOVAÇÃO

OBSERVAÇÕES

01. A presente Licença é válida para a operação de Aterro Sanitário em Valas, destinado a receber 7,7 t/dia de resíduos domiciliares gerados no Município de Buritama, em área remanescente de terreno de 34.379,00 m², inserido em área maior da Matrícula nº 11.878 do CRI de Buritama.
02. Caso sejam constatadas irregularidades que ensejem no não cumprimento das condicionantes para o licenciamento da atividade, e/ou descumprimento das exigências técnicas acima, a presente licença poderá ser cancelada a qualquer momento, ficando o empreendimento sujeito às sanções legais cabíveis, conforme previsto na legislação vigente.
03. Para emissão da presente licença foram analisados aspectos exclusivamente ambientais relacionados às legislações estaduais e federais pertinentes, não englobando aspectos de segurança das instalações.
04. A critério da CETESB, devidamente fundamentada ou por alteração de caráter legal, poderão ser solicitadas da empresa informações/exigências adicionais.
05. A presente Licença não isenta o estabelecimento da obtenção de outras licenças, autorizações, certidões e alvarás que se fizerem necessárias no âmbito das legislações federal, estadual e municipal.
06. A empresa em questão possui o Certificado de Regularidade - Cadastro Técnico Federal (CTF) junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sob o Registro nº. 7196245, o qual deverá ser mantido válido e atualizado.
07. O imóvel rural em que se encontra o empreendimento possui inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) sob o nº. 35081080326929.
08. Esta Licença de Operação tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada à CETESB com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de validade, nos termos do parágrafo 6º do inciso III do art. 2º do Decreto Estadual nº 47.400 de 04 de dezembro de 2002.


ENTIDADE


Pag.3/3





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL "NÉSIO CARDOSO"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

<div></div> <div>Governo do Município de Buritama Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31</div>				Bancos		B.O.I.		Encargos Sociais	
Obra		Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e manutenção de aterro sanitário e coleta e transporte de resíduos sólidos do município de Buritama/SP							
				SINAPI - 12/2025 - São Paulo SICROB - 07/2025 - São Paulo SICROB - 10/2025 - São Paulo SICROB - 07/2025 - São Paulo CPOB/CDHU - 01/2025 - São Paulo FDE - 10/2025 - São Paulo		Desonerado: embutido nos preços unitários dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.			
				22,47%					
Orçamento Sintético									
Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit (R\$)	Valor Unit (R\$) com B.O.I (R\$)	Total (R\$)	Peso (%)	
1		OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	TON	310	991,66		307.414,66	82,97 %	
1.1	93572 SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	1	8.886,74	10.883,59	10.883,59	1,88 %	
1.2	00002707 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HOBISTA)	H	80	114,06	140,79	8.447,40	1,46 %	
1.3	006594 SSC	ENGENHEIRO AMBIENTAL PLENO	H	80	97,94	119,94	7.196,40	1,24 %	
1.5	101388 SINAPI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	2	5.073,22	6.213,17	12.426,34	2,14 %	
1.6	100288 SINAPI	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	360	30,51	37,36	13.449,60	2,32 %	
1.7	88235 SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	360	34,62	42,39	15.260,40	2,63 %	
1.8	88007 SINAPI	ESCAVADORA HIDRÁULICA SOBRE ESTERBAS, CACAMBA 1,20 M3, PESO OPERACIONAL 21 T, POTÊNCIA BRUTA 155 HP - CHIP DIURNO. AF_06/2014	CHP	184	206,90	326,87	60.144,08	10,38 %	
1.9	00004221 SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTÍVEL COMUM METROPOLITANO 5-10 OU 5-500	L	3440	8,02	7,37	28.300,80	4,88 %	
1.10	8946 SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 187 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA 2,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 16338 KG - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	184	88,89	121,06	22.275,04	3,84 %	
1.10	53961 SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 187 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA 2,0 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 19338 KG - MANUTENÇÃO. AF_06/2014	H	184	64,54	79,04	14.543,36	2,51 %	
1.11	8787 SINAPI	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA 187 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA 2,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL 18338 KG - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_06/2014	H	184	70,79	86,69	15.850,96	2,75 %	
1.12	00004221 SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTÍVEL COMUM METROPOLITANO 5-10 OU 5-500	L	3900	6,02	7,37	28.743,00	4,95 %	
1.13	06.10.020 CPOB/CDHU	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão até o 2º km	m³	1667	8,74	10,70	17.836,90	3,07 %	
1.14	54.01.010 CPOB/CDHU	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle de produtividade	m²	3833,34	3,52	4,31	18.521,69	2,85 %	
1.15	06.08.000 CPOB/CDHU	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 3º km até o 5º km	m³	816	21,12	25,86	20.887,76	4,08 %	
1.16	4915769 SICROB	Trituração de galhos e troncos com diâmetro de até 550 mm	m³	283	33,90	41,81	11.742,33	2,02 %	







GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL "NÉSIO CARDOSO"
CNPJ. 44.435.121/0001-31

Governo do Município de Buritama
Paço Municipal "Nésio Cardoso"
CNPJ 44.435.121/0001-31



COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMICILIARES		TON	310	880,62	272.993,09	47,63 %
2.1	11023000 SUJB8 INFRA	H	184	314,91	385,67	12,23 %
2.2	11023000 SUJB8 INFRA	H	184	314,91	385,67	12,23 %
2.3	13008000 SUJB8 INFRA	H	184	36,79	45,05	1,43 %
2.4	13009000 SUJB8 INFRA	H	184	36,79	45,05	1,43 %
2.5	101380 SINAPI	MES	6	5.313,85	6.507,87	6,73 %
2.6	4063000 SUJB8 INFRA	Ton	310	144,36	176,79	8,44 %
2.7	00004221 SINAPI	L	2300	6,02	7,37	3,56 %

Total sem BDI (R\$)
Total do BDI (R\$)
Total Geral (R\$)

473.965,35
106.441,38
580.406,73

CARLOS HENRIQUE
MASSON
CONTEL43/4149180
2

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE MASSON
CONTEL43/4149180
Data: 2024.07.20 08:15:47
+0100

Carlos Henrique Masson Contel
Diretor do Departamento de Engenharia
CREA - SP 4070820849

Buritama-SP, 20 de fevereiro de 2025



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO²¹ Nº. /2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026

O **GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 44.435.121/0001-31, por meio do seu DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS, localizado na Rua Maria Florinda, nº. 1463, Bairro Centro, em Buritama, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a Pessoa Jurídica abaixo qualificada, representada por seu **REPRESENTANTE LEGAL** também abaixo qualificado, doravante denominada **CONTRATADA**:

QUALIFICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA:

Razão Social:	
C.N.P.J.:	
Inscrição Estadual:	
Inscrição Municipal:	
Endereço:	
Bairro:	
CEP:	
Cidade - UF:	
Telefone:	
E-mail:	

QUALIFICAÇÃO - REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA:

Nome:	
C.I.(RG):	
CPF:	
Estado Civil:	
Endereço:	
Bairro:	
CEP:	
Cidade - UF:	
Telefone:	
E-mail:	

em conformidade com o Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB e com a Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021 e demais legislação aplicável, atendendo ao **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026** e seus **ANEXOS**, especialmente o “**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)**”, tem entre si JUSTO e CONTRATADO, o presente instrumento de CONTRATO decorrente do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes, que mútua e reciprocamente aceitam e se obrigam:

²¹ Conforme modelo disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União - Atualização: Maio/2023 - Termo de Contrato modelo para Pregão na forma Eletrônica - Compra - Lei nº. 14.133, de 2021 - Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação - Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação) / Conformidade: Inciso IV do Artigo 19 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021 / Observação: adaptado para atender o Governo do Município de Buritama.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - ([Inciso I do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#))

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE BURITAMA-S.P.²², A SER EXECUTADA DE ACORDO COM OS TERMOS, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES CONTRATOS E DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026 E DE SEUS ANEXOS, ESPECIALMENTE DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O “ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)”.

1.1.1. Vinculação ([Incisos II do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#))

1.1.1.1. No que for pertinente, compatível e aplicável, a contratação de que trata este Instrumento Contratual vincula-se ao Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC-GMB; ao Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026 e seus Anexos, especialmente aos documentos que compõem o Anexo I, principalmente ao Termo de Referência; bem como, à PROPOSTA final detalhada da Contratada; aos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021, da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14-12-2006 e suas alterações e das demais legislações / normatizações aplicáveis conforme dispõe o Artigo 187²³ da referida Lei Federal nº. 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº. 4.937²⁴, DE 05-02-2024.

1.1.2. Regime de Execução / Forma de Fornecimento ([Inciso IV do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#))

1.1.3.1. A contratação de que trata este Contrato, será executada em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021 e de acordo com os termos, condições, quantidades e especificações constantes deste Instrumento Contratual e do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026 e de seus Anexos, especialmente dos documentos que compõem o “Anexo I - Termo de Referência / Estudo Técnico Preliminar”.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Em conformidade com o subitem 1.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026 - Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB, a contratação de que trata este Contrato tem prazo de vigência previsto para 12 (doze) meses. O prazo de vigência retro citado tem início à partir da data de assinatura deste Contrato e poderá ser prorrogado em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021.

2.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação deste Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

²² Conformidade: Subitem 1.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026 - Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB.

²³ Art. 187. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei.

²⁴ Dispõe quanto à aplicação dos regulamentos da União para a execução da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de Abril de 2021, no âmbito da Administração Pública do Município de Buritama/SP.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL - (Incisos IV, VII e XVIII do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam do **TERMO DE REFERÊNCIA** anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026, sobre o qual se encontra vinculado este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. De acordo com o disposto no subitem 4.2. do TERMO DE REFERÊNCIA anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026, não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO / VALOR - (Inciso V, Artigo 92 da lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021)

5.1. As partes contratantes atribuem para a contratação de que trata este Contrato, os preços / valores abaixo descritos nos subitens 5.1.1.1., 5.1.1.2., 5.1.1.3., 5.1.2.1., 5.1.2.2., 5.1.2.3. e 5.1.3., obtidos conforme resultado final do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026 - Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB:

5.1.1. Referente à Operação e Manutenção do Aterro Sanitário:²⁵

5.1.1.1. Preço / Valor Unitário por Quilograma R\$ (.....).

5.1.1.2. Preço / Valor Unitário Por Tonelada²⁵ R\$ (.....).

5.1.1.3. Preço / Valor Total correspondente à quantidade estimada de **3.720 Toneladas** para **12 Meses²⁵** R\$ (.....).

5.1.2. Referente à Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos:²⁵

5.1.2.1. Preço / Valor Unitário por Quilograma R\$ (.....).

5.1.2.2. Preço / Valor Unitário Por Tonelada²⁵ R\$ (.....).

5.1.2.3. Preço / Valor Total correspondente à quantidade estimada de **3.720 Toneladas** para **12 Meses²⁵** R\$ (.....).

5.1.3. VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE CONTRATADO (somatório dos valores descritos nos subitens 5.1.1.3. e 5.1.2.3. deste Contrato) correspondente à um período de **12 MESES²⁵** - R\$ (.....).

²⁵ Conforme previsto no subitem 1.1. do Termo de Referência anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026 - Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

5.3. Nos preços / valores respectivamente consignados nos subitens 5.1.1., 5.1.1.1., 5.1.1.2., 5.1.1.3., 5.1.2., 5.1.2.1., 5.1.2.2., 5.1.2.3. e 5.1.3. deste Contrato, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos e / ou impostos; encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes; taxa de administração; frete, seguro; hospedagem; alimentação, despesas de viagem / deslocamento e outras(os) decorrentes do objeto contratado e ou necessárias(os) ao seu cumprimento integral.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO - [\(Incisos V e VI do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021\)](#)

6.1. O prazo e as demais condições para pagamento à Contratada encontram-se definidos no **TERMO DE REFERÊNCIA** anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026, o qual este Contrato se encontra vinculado.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE - [\(Inciso V do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021\)](#)

7.1. Em obediência ao prazo de vigência e ao regime / forma de fornecimento estabelecido para execução deste Contrato conforme documentos anexados no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026; os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

7.2. Eventual reajuste / repactuação / equilíbrio econômico financeiro sobre a contratação de que trata este Contrato, será aplicável, desde que em conformidade com lei, especialmente a Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021 e suas regulamentações, observando-se no que for pertinente, o índice para eventual atualização de valores / correção monetária previsto no Termo de Referência anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na Forma Eletrônica nº. 10/2026.

7.3. Caso o índice mencionado no subitem 7.2. deste Contrato venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.3.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial por meio de Termo Aditivo.

7.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - [\(Inciso XIV do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e com o Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026 e seus respectivos anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026;





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026;

8.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Governo do Município de Buritama para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do Contrato²⁶.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período²⁷.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (mês)²⁸.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais²⁹.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - (Incisos XIV, XVI e XVII do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021)

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus eventuais anexos, bem como, todas as obrigações decorrentes dos documentos anexados no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

²⁶ Conformidade: Artigo 123 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021.

²⁷ Conformidade: Parágrafo Único do Artigo 123 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021.

²⁸ Conformidade: Inciso XI do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021.

²⁹ Conformidade: §4º do Artigo 137 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal deste Contrato ou Autoridade Superior (**Artigo 137, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**) e prestar todos os esclarecimentos ou informações por eles solicitados;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto contratado, de acordo com o **Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Federal nº. 8.078, de 11-09-1990)**, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização deste Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Distrital ou Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- 4)** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.7. Comunicar ao Fiscal deste Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas de terceiros;

9.1.9. Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (**Artigo 116 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**);





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal deste Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([Artigo 116, Parágrafo Único da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#));

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua Proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [Artigo 124, Inciso II, letra d, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#);

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO - (Inciso XII do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021)

10.1. De acordo com o disposto no subitem 4.3. do Termo de Referência anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026, “não há exigência da garantia da contratação dos Artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar” também anexado no referido Anexo I.

10.2. A garantia de execução de que trata o subitem anterior, não se confunde com eventual garantia de serviços / produtos prevista especificamente no Termo de Referência ou decorrente de lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - (Inciso XIV do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#), o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial deste Contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total deste Contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste Contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS
Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.
Telefone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [Artigo 5º da Lei Federal nº. 12.846, de 01-08-2013](#).

11.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([Artigo 156, §2º, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#));

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 11.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([Artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#));

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 11.1. deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([Artigo 156, §5º, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#)).

d) Multa:

1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([Artigo 156, §9º, da Lei Federal nº. 14.133, de 04-04-2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([Artigo 156, §7º, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([Artigo 157, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#)).





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**Artigo 156, §8º, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do **Artigo 158 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (**Artigo 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 01-04-2021**):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na **Lei Federal nº. 12.846, de 01-08-2013**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente, conforme definido no **Artigo 159 da referida Lei Federal nº. 14.133/2021**.

12.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (**Artigo 160, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (**Art. 161, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do **Artigo 163 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021**.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

12.11. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL - (Inciso XIX do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021)

13.1. Este Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes contratantes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para este Contrato.

13.3. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [Artigo 137 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [Artigos 138 e 139 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([Artigo 131 Caput, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#)).

13.7. Este Contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([Artigo 14, Inciso IV, da Lei nº. 14.133, de 01-04-2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ([Inciso VIII do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#))

14.1. A contratação de que trata este Contrato, ocorrerá através das dotações orçamentárias abaixo descritas, conforme DECLARAÇÃO - RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - datada de 23-02-2026, expedida pelo Departamento Municipal de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Governo do Município de Buritama, devidamente anexada nos autos do Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB (folha 28):

PARA O EXERCÍCIO DE 2026:

02. Poder Executivo

02.16. Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.39.24. Dotação Orçamentária (Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica)

18.541.0045-2.057 Classificação Funcional 01 - Tesouro (Fonte de Pagamento)

Valor: R\$ (.....)

PARA O EXERCÍCIO DE 2027:

02. Poder Executivo

02.16. Departamento Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.39.24. Dotação Orçamentária (Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica)

18.541.0045-2.057 Classificação Funcional 01 - Tesouro (Fonte de Pagamento)

Valor: R\$ (.....)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS - ([Inciso III do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021 e nas demais normas federais aplicáveis, e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº. 8.078, de 11-09-1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [Artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#).

16.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([Artigo 132 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#)).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [Artigo 136 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#).





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar este Instrumento Contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [Artigo 94 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [Artigo 91, Caput, da referida Lei Federal nº. 14.133/2021](#), e ao [Artigo 8º, §2º, da Lei Federal nº. 12.527, de 18-11-2011](#), c/c [Artigo 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal nº. 7.724, de 16-05-2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO - (§ 1º do Artigo 92 da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritama para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [Artigo 92, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 01-04-2021](#).

Buritama-S.P., de de 2026.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
TIAGO LUIZ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
Nome:
C.I.(RG)

2) _____
Nome:
C.I.(RG)



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS
Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.
Telefone (18) 3190-1287



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

ANEXO III
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº. 11/2021)

CONTRATANTE: GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO E COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE BURITAMA-S.P.³⁰, A SER EXECUTADA DE ACORDO COM OS TERMOS, CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO CONTRATO E DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026 E DE SEUS ANEXOS, ESPECIALMENTE DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O “ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEU APÊNDICE (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)”.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- A) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- B) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº. 01/2011 do TCESP;
- C) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- D) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº. 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- E) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- A) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- B) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Buritama-S.P., de de 2026.

³⁰ Conformidade: Item 1. do Termo de Referência anexado no Anexo I do Edital de Licitação do Pregão na forma Eletrônica nº. 10/2026 - Processo Licitatório nº. 34/2026-DMCLGC/GMB.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA
PAÇO MUNICIPAL “NÉSIO CARDOSO”
CNPJ. 44.435.121/0001-31

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 10/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2026 - DMCLGC-GMB	PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº. 10/2026
---------------------------------	---	--

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS
Rua Maria Florinda, nº. 1463 - Bairro Centro - CEP. 15.290-000 - Buritama - S.P.
Telefone (18) 3190-1287



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL